

A iniciação criminal de adolescente não se dá ao acaso: psicanálise, educação e política*

Marcelo Ricardo Pereira **
Ramón Eduardo Lara Mogollon ***
Isael de Jesus Sena ****

RESUMO: A iniciação criminal de adolescentes não se dá ao acaso. Há muito conhecemos os possíveis gatilhos sociais ou *turning points* que levam um jovem a se sucumbir ao universo do delito: pobreza, violências, famílias desorganizadas, escolas excludentes e precárias, sujeição à tirania, à contravenção e a ganhos em razão dela etc. Por outro lado, conhecemos muito pouco acerca dos impasses subjetivos que podem levar tais gatilhos a ganharem efetividade. Em tempos de aparente barbárie, nosso trabalho busca compreender notadamente a entrada de adolescentes no mundo do crime do ponto de vista subjetivo. A partir da intervenção psicanalítica de ordem política e educativa, abordamos casos de adolescentes socioeducandos para inferir o que podemos apreender da não casualidade da entrada.

Palavras - chave: ADOLESCÊNCIA; ATO INFRACIONAL; PSICANÁLISE; EDUCAÇÃO; POLÍTICA.

The criminal initiation of adolescents is not a matter of chance: psychoanalysis, education, and politics

ABSTRACT: The criminal initiation of adolescents does not occur by chance. We have long been aware of the possible social triggers or turning points that lead a young person to succumb to the world of delinquency: poverty, violence, disorganized families, exclusionary and precarious schools, subjection to tyranny, involvement in petty crime and the gains it may entail, among others. On the other hand, we know very little about the subjective impasses that can render such triggers effective. In times of apparent barbarity, this article seeks to understand, above all, adolescents' entry into the world of crime from a subjective perspective. Drawing on psychoanalytic interventions with political and educational implications, we examine cases of adolescents undergoing socio-educational measures in order to infer what can be discerned about the non-randomness of such entry.

* Agradecimentos ao CNPq e ao IEAT-UFMG, pelo financiamento de pesquisas cujos resultados propiciaram a elaboração deste artigo.

** Psicanalista. Doutor em Psicologia e Educação pela USP e Pós-doutor pela USP-Aix-Marseille e UFRJ-Catalunya. Professor titular de Psicologia, Psicanálise e Educação da Faculdade de Educação da UFMG. Bolsista Pq-CNPq, PPM-Fapemig.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0977-9124>
E-mail: mrp@ufmg.br

*** Mestre em Psicologia, Psicanálise e Educação pela FaE-UFMG; Mestre em Educação e Psicanálise pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Licenciado em Pedagogia e Filosofia pela Universidade Católica Andres Bello (UCAB), Caracas, Venezuela.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4009-6890>
E-mail : ramoneduardolara@gmail.com

**** Doutor em Ciências da Educação (UFMG/Paris 8). Pós-doutorado pela Paris 8. Professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Família na Sociedade Contemporânea (PPGFSC) e no Curso de Psicologia da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Salvador, Bahia, Brasil.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8862-2917>
E-mail : isael.sena@pro.ucsal.br

Keywords: ADOLESCENCE; JUVENILE OFFENSE; PSYCHOANALYSIS; EDUCATION; POLITICS.

La iniciación delictiva de adolescentes no ocurre por azar: psicoanálisis, educación y política

RESUMEN: La iniciación delictiva de adolescentes no ocurre por azar. Desde hace tiempo conocemos los posibles disparadores sociales o *turning points* que llevan a un joven a sucumbir al universo del delito: pobreza, violencias, familias desorganizadas, escuelas excluyentes y precarias, sujeción a la tiranía, a la contravención y a los beneficios que esta puede generar, entre otros. Por otro lado, conocemos muy poco acerca de los impasses subjetivos que pueden otorgar eficacia a dichos disparadores. En tiempos de aparente barbarie, este trabajo busca comprender, sobre todo, el ingreso de adolescentes en el mundo del crimen desde una perspectiva subjetiva. A partir de intervenciones psicoanalíticas de orden político y educativo, abordamos casos de adolescentes en medidas socioeducativas para inferir qué puede desprenderse de la no casualidad de dicho ingreso.

Palavras claves: ADOLESCENCIA; ACTO INFRACCIONAL; PSICOANÁLISIS; EDUCACIÓN; POLÍTICA.

O curto-circuito adolescente

O momento de transição adolescente e mesmo de jovens adultos de nossas sociedades ocidentais, desde o início do século XX, tem sido uma operação complexa, tanto do ponto de vista subjetivo quanto do ponto de vista social. A começar pelo *não lugar* ou *o lugar entre dois* que nossos jovens ocupam, sem necessariamente pertencer a nenhum deles: nem à infância, muitas vezes idealizada, contada e protegida, ainda que não raramente ameaçada ou maltratada; nem à adultez, que lhes garantiria alguma autonomia para responder e responsabilizar-se pelos seus próprios atos, sejam eles econômicos, jurídicos, sociais e sexuais. Desse modo, a adolescência confirmaria a hipótese freudiana de ser uma resultante ambígua e opaca de lugares bastante polarizados, como “um túnel escavado através de uma montanha a partir de ambos os lados” (Freud, 1905/1980b, p. 213).

Sabemos que o inventor da psicanálise reconhece a “puberdade” – termo com o qual trata a adolescência no início de seus trabalhos – como um momento delicado por ser uma espécie de efeito *Nachträglichkeit* (*a posteriori*) da sexualidade infantil. Como esclarecemos em outra obra (Pereira, 2019a, p. 36), “a adolescência seria, assim, tanto o retorno da sexualidade infantil, quanto seu desenlace rumo à sexualidade adulta”. O sujeito, nesse momento de vida, vê-se mediante alguns destinos inevitáveis e intimamente ligados entre si: (1) o desligamento ou a desidentificação em relação aos pais ou aos objetos primordiais de amor; (2) o declínio do autoerotismo ou das formas narcísicas de investimento em tais objetos; (3) a afirmação de seus ideais societários, como grupos, parceiros, formação, profissão, conjugalidade etc.; e (4) a inscrição social de sua própria sexualidade, confrontando-se com a diferença dos sexos e com a angústia da



castração, ao contrariar a polimorfia perversa de sua condição infantil. Não é de se estranhar que, mediante esses embaraçosos destinos, o adolescente de hoje busque resoluções que desemboquem muito frequentemente em ambivalências, em conflitos, em curtos-circuitos malsucedidos de envelopamento ou recobrimento de seu túnel precariamente escavado.

No âmbito subjetivo, se a criança pode contar com um psiquismo mais elástico e continuamente aberto a novas inscrições, o adolescente, até mesmo pelos imperativos corporais e sociais de nosso entorno, tenta direcionar, genitalizar e objetalar sua libido (Freud, 1905/1980b). Isso pode levá-lo amiúde a sucessivas crises pessoais justamente pelo curto-circuito causado por essa tentativa de direcionamento da libido em pulsões objetais, estando, ainda, bastante suscetível à sua própria condição infantil. Percebe-se, então, o quanto o adolescente tende a desorganizar-se em contínuos ensaios de envelopamento de seu psiquismo, na tentativa de resolver os impasses desse curto-circuito com quase nenhuma chance de êxito. Muito comumente, saídas sintomáticas podem vir em decorrência disso. Mesmo mal compreendidas por boa parte da sociedade, o adolescente inconscientemente lança mão de tais saídas para lidar com os efeitos de vazio que seus ensaios de envelopamento psíquico não conseguem recobrir.

Consideramos, não obstante, que uma das possibilidades reais de tal envelopamento venha a ser o sintoma da delinquência e da criminalidade – tanto quanto podem ser aqueles relativos a desordens psicopatológicas, a passagens ao ato, a comportamentos de risco, a suicídios, etc. Em tese, a atividade delituosa haveria de ser, como reconhece Pereira (2021), uma tentativa sintomática de certos sujeitos repararem os efeitos que o curto-circuito pulsional e societário causaram em sua organização psíquica.

Já no âmbito social, por sua vez, a própria experiência de exclusão, de crítica dos valores convencionais, de declínio das tradições, da queda de ideais institucionais, políticos e de certos modelos de autoridade simbólica, bem como a experiência de culto aos excessos e às formas de gozo menos recalcadas – como hiperconsumo, hipertecnologia, voyeurismo, sectarismo, sobrevalorização da intimidade, etc. – têm levado boa parte dos adolescentes a uma espécie de deriva desbussolada em que seus referentes – os adultos – perdem a tonicidade e os deixam à sua própria sorte. Um prenúncio de barbárie presentifica-se precisamente em razão de tal deriva e de uma hipertrofia de modelos juvenis.

Não há “gente grande” quando todos, à maneira fáustica, querem rejuvenescer-se, deixando vazias tanto a adulez outrora simbolicamente referente quanto a própria diferença intergeracional. Tal fato pode expor muitos adolescentes à captura tirânica por parte de ideais sociais e de autoridades imaginárias capazes de exigir formas bastante incondicionais de submissão. Há que se notar isso nos diversos modos de sujeição desses mesmos adolescentes a redes sociais, a gangues e tribos juvenis, a certas doutrinas religiosas e mesmo a muitas formas de iniciação no crime e em outros atos delitivos.

Talvez isso advenha de a necessidade de tais sujeitos impingirem a si algum resíduo suplente de ritos societários de passagem, hoje quase ausentes. Essa suplência de ritos lhes permitiria, minimamente, recobrir o vazio provocado pela ausência de uma eficácia simbólica capaz de lhes servir como referencial societário, que os fizesse situar-se como parceiros ativos no âmbito de seus laços sociais. Mas o que se vê são solicitações simbólicas de morte na busca de limites ou de *diques*, como tentativas desajeitadas e dolorosas de se colocarem no mundo, de ritualizarem a passagem à idade adulta, de remarcarem o momento em que o ato leva vantagem sobre a dimensão do sentido. Como defende Lacadée (2011), essas seriam “condutas de risco”, que visariam assegurar o valor da existência, afastar o medo da inconsistência e da insignificância. Seriam, antes, tentativas de existir, mais que de morrer ou fazer morrer.

A violência e a delinquência são perfeitamente normais naqueles que não foram reconhecidos simbolicamente. A única maneira que essas pessoas têm para serem reconhecidas é a passagem

ao ato, já que a palavra ou a linguagem recusam-se a reconhecê-las. [Assim sendo] o adolescente está exposto a ser tornar delinquente e a poder ser violento [...] (Melman, 2000, p. 33).

Não é incomum que um adolescente que delinque se perceba à margem do direito de participar da realidade social como ela se dá. Sua relação com o saber é bastante alterada, uma vez constatando que aqueles nos quais confiava na infância – em geral, os pais – se acham agora incapazes de lidar com a sua “crise”, de tratá-la suficientemente ou de reconhecer a sua condição sexual. Justamente por isso, o sujeito pode ficar bastante vulnerável aos saberes considerados marginais. Não é de estranhar-se que, sob tais circunstâncias, esse adolescente se achará mais exposto e capturável à influência dos fora da lei, dos tiranos, dos fundamentalistas ou, dito de outro modo, do *perverso*, como a psicanálise os concebe.

O perverso é aquele que se constitui e pratica a perversão, ou seja, a versão da lei por si mesmo ou a partir de si mesmo (*versionem de per si* ou *per versionem*), recusando a lei do outro, transgredindo-a em benefício de seu gozo, como também em benefício do gozo de quem o seguir. Ele, ao contrário da sociedade em geral, se interessa pelo adolescente, reconhece imaginariamente sua pulsão sexual e oferta condições reais para que seus modos de gozo se efetivem à revelia da lei (Pereira, 2019a, p. 43).

Mas isso tem um custo: o perverso exige a sujeição incondicional como moeda de troca. O adolescente pode até gozar com o aval do perverso, o que muito invariavelmente ocorrerá, desde que seja servil e obediente à sua tirania, pois o gozo de todo perverso é fazer do outro – no caso, o adolescente – seu objeto sexual, isto é, o objeto com o qual ele goza e, ao mesmo tempo, faz gozar. Como emblema, basta mencionar os adolescentes que são “soldados” do tráfico de drogas, que são membros de gangues de rua conduzidas por genuínos tiranos, ou que se submetem a religiosos ou a políticos fundamentalistas, que amiúde o fazem com base em arranjos socialmente perversos.

Mediante uma sociedade que simbolicamente não reconhece o adolescente, que não lhe oferece ideais societários capazes de nomear o real pubertário que lhe acomete, tampouco o enigma da sexualidade que essa mesma sociedade insiste em fazê-lo recalcar, é de se esperar que esse sujeito em transição agarre e se fixe às possibilidades de satisfação pulsional que os perversos lhe concedem, ainda que o sujeitem. A condição de margem em que se encontra um perverso serve como *leitmotiv* para a identificação do adolescente com ele, pois, como num espelho, a marginalidade de ambos se reflete e se reconhece.

A escuta do adolescente sob tais circunstâncias não pode desconhecer essa estrutura de fixidez de gozo sob pena de não conseguir demovê-lo daquilo que tanto o sujeita quanto o escraviza.

Importa ressaltar – e aqui reside nossa aposta – que a iniciação criminal de um adolescente não se dá ao acaso. Mais do que supor que as condições sociais lhe imprimem gatilhos ou *turning points* para que ele se converta *a fortiori* em criminoso, passamos a considerar o quanto o seu “túnel” subjetivo, ou seja, o mal envelopamento de seu curto-circuito pulsional e corporal, pode igualmente contribuir para que o crime seja a saída sintomática possível para um ser que não encontra nem diques simbólicos que lhes sirvam de *ponto de basta*, nem um *outro* cujo desejo pelo adolescente não se evada e não lhe seja anônimo.

Há muito conhecemos os possíveis gatilhos sociais para que um jovem venha a sucumbir-se ao universo do delito: pobreza, violências, famílias desorganizadas, escolas excludentes e precárias, invisibilidade e estigmatização social, tóxicas redes virtuais e de amizades, sujeição à tirania, fácil acesso à contravenção e a ganhos em razão dela etc. Mas, por outro lado, conhecemos muito pouco acerca dos impasses subjetivos que podem levar tais gatilhos a ganharem consistência e efetividade. Nosso trabalho para o presente artigo recai justamente

sobre essa mirada, em especial, sobre a *entrada de adolescentes no mundo do crime* do ponto de vista psíquico ou subjetivo. Eis o que constituirá a matéria de nosso passo seguinte.

Pensar por caso

Guiados pela sociologia e pela psicanálise, conhecemos de perto 14 jovens, de um universo pré-selecionado de 300, para uma pesquisa transdisciplinar e multicêntrica¹. Ao longo de suas adolescências, todos praticaram alguma forma de ato infracional e, em razão disso, cumpriram medidas judiciais no Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte, sendo, hoje, egressos de tal Sistema. Selecionamos aqui, para análise do presente artigo, a trajetória de entrada no crime de cinco desses sujeitos. Fizemos uso, como caixa de ferramentas, dos Planos Individuais de Atendimento (PIA), que permitiram acessar dados biográficos dos



sujeitos pesquisados, inclusive o histórico de seus atos infracionais; de Questionário sobre a Trajetória de Vida e Delinquencial de cada um, com mais de 70 perguntas; e de Narrativa Memorialística (Guerra, Moreira, Oliveira & Lima, 2017), como entrevista clínica não dirigida para que cada jovem contasse livremente sobre a história de sua própria vida.

Com base nessas ferramentas e na análise clínica do discurso de orientação psicanalítica (Sena, Pereira & Scrinzi, 2023), buscamos, portanto, esboçar as trajetórias de cada sujeito no que diz respeito às entradas na criminalidade, bem como a possíveis permanências e saídas dela. Para efeito de tal análise, demos ênfase às *regularidades discursivas*, que são aspectos comuns em tais trajetórias, permitindo-nos criar categorias analíticas mais amplas, mas sem deixar de escandir igualmente as tantas *singularidades discursivas*, que haveriam de ser os modos únicos de como cada um – tratado, doravante, como “caso” – inscreve sua própria subjetividade no ato infracional em causa.

A subjetividade que faz caso implica a associação contraditória, ou ao menos desconcertante de princípios ou de dados, que são capazes de desestabilizar a consciência de uma convicção. Essa singularidade rompe o fio de generalização para provocar uma reflexão (Rodríguez, 2018, p. 124; tradução nossa).

Para todos os casos, buscamos seguir a indicação freudiana referente ao seu próprio trabalho de investigação clínica de conotação arqueológica, segundo a qual:

[...] Ante o caráter incompleto de meus resultados analíticos, não me restou senão seguir o exemplo daqueles descobridores que têm a felicidade de trazer à luz do dia, após longo sepultamento, as inestimáveis embora mutiladas relíquias da antiguidade. Restaurei o que faltava segundo os melhores modelos que me eram conhecidos de outras análises, mas, como um arqueólogo consciencioso, não deixei de assinalar em cada caso o ponto onde minha construção se superpõe ao que é autêntico (Freud, 1905/1980a, p. 10).

Pensem por caso. Vamos apresentar a seguir a reflexão primeira acerca da iniciação no crime de cinco jovens que compõem o universo de sujeitos da pesquisa em referência. A análise de suas trajetórias permitiu-nos destacar pontos que se tangenciam e que também se distanciam

em relação às razões e ao momento do começo criminal de cada um. Escolhemos os codinomes de Luís, Aron, Carlos, Vinicius e José, com processos no Sistema de Atendimento Socioeducativo de Belo Horizonte, para pensarmos *por caso* e fazermos emergir algum detalhe de suas próprias singularidades subjetivas a fim de:

[...] alcançar por essa via outras inteligibilidades capazes de comoverem as consistências de certas convicções tanto micro quanto macropolíticas em tempos de magmas homogeneizantes e sobre os duros sedimentos de práticas que não se preocupam com o que se subjetiva (Rodríguez, 2018, p. 137; tradução nossa).

1. Luís – “*foi uma coisa de amigos*”: “*Entreí no crime com 14 anos, comecei a vender drogas. Aí foi. As primeiras vezes estavam suaves, depois comecei a rodar, passei no CIA² e [fui apreendido] no mesmo dia. Depois que saí, voltei no mesmo lugar para vender drogas. Com o tempo fui preso de novo*”. Luís começa sua trajetória infracional na adolescência por meio do comércio de drogas e, como ele mesmo aponta, foi um crime atrás de outro. Ele era constantemente pego pela polícia, mas, ainda assim, voltava a vender drogas. Perante a pergunta sobre como foi a entrada no crime, a resposta veio clara: “*foi uma coisa de amigos*”. A “*boca de fumo*” conhecida como “*Biqueira*” era o espaço físico onde ocorria o crime e onde se encontrava com os amigos. Muitas vezes, foi também o lugar de conselhos e de diques simbólicos. Uma vez em que fugiu da instituição de semiliberdade, foram seus amigos da Biqueira que falaram para ele voltar e cumprir a Medida Socioeducativa, levando-o de volta à instituição. Notamos que na Biqueira há encontro, trabalho, partilha e significação da vida, uma espécie de lugar de suplência de ideais societários. Lá, o jovem pode endereçar-se a um *outro* sempre presente. Se comumente a escola se apresentaria como espaço privilegiado para tal endereçamento, no caso de Luís, que não se encontrava matriculado em nenhuma, ele transferiu esse espaço de referência à Biqueira. Desde seus 13 anos de idade, foi o lugar onde encontrava amigos, relação com o tráfico, tomada de consciência e também violência policial. “*Vendi drogas, apanhei da polícia, tive que correr, não tem paz não, nesse mundo aí não tem não. Aí, rodei de novo, fiquei oito meses na semiliberdade, mas isso aí foi bom para mim, tô de bem, tô de maior*”.

Sua adolescência surge como curto-circuito psíquico cujo tempo era próprio para “*rodar*”, para ser pego pela polícia e não ter paz entre um crime e outro: “*Eu tive 11 passagens no CIA, cinco por tráfico, a última vez que rodei foi tipo sete, foi roubar o carro, eu e mais um*”. Sua entrada no crime tem elementos que se destacam, mas nenhum deles serve de bússola para explicar por si só o começo da trajetória infracional: mudança de moradia, dois amigos mortos por armas de fogo e a perda de alguém da família em situação de violência. O que se demonstra patente, no entanto, é o quanto seus crimes estão relacionados aos seus amigos: com eles rouba, com eles vive, com eles significa a vida.

2. Aron – “*porque me deixaram só*”: em nossas intervenções, o jovem repete constantemente que está só, que foi deixado só. A falta do *outro* parece oferecer consistência à sua narrativa: primeiramente da mãe, depois, de seus irmãos. Há uma dinâmica contínua de separação que, para Aron, explica sua entrada no crime. Frente à pergunta sobre história de vida, e após um longo silêncio, ele parece perder-se em seu túnel subjetivo e propõe alguma possível autointerpretação: o começo “*na vida louca*”, ou seja, o começo no crime deu-se em seguida à separação dos pais e, mais especialmente, à agressão que sofria do pai: “*Meu pai, por po por [ele se atrapalha na fala] pouca coisa antes, quando a gente era criança, agredia a gente por bobeira. Agredia assim, na forma dele, era correção. Só que isso em mim gerava um ódio de tal forma, que pensava que eles vão pagar isso de alguma forma um dia. E aí comecei a fazer coisas para tentar chamar a atenção deles. Essas coisas no caso seriam as mais bizarras*

que eu poderia fazer, que estavam ao meu alcance fazer, até para eu mesmo não morrer”, revela o jovem.

Aron parece envelopar sua história com certa linearidade, como uma relação causa e efeito, a partir da agressão do pai. Houve uma decisão pelo crime, mas não diretamente. Ao que faz parecer, foi, antes, para chamar a atenção dos pais, para os fazerem “pagar”, “ferrar eles”. “Comecei a roubar no supermercado, uma balinha, um chocolate. [silêncio] *Aí, eu lembro que com oito anos de idade nessa situação que estava da separação levei um revólver para a escola... Sem porquê, nem para quê. Comecei demonstrando meus sentimentos nessas ações*”, contra algo que ele parece reconhecer como “*me deixaram só*”. Seu início no crime aconteceu aos 8 anos com atos infracionais mais simples, até que, paulatinamente, se foram tornando mais perigosos. Isso se reflete na própria trajetória escolar em que aparece, primeiramente, a agressão, o uso de arma, para depois chegar à degradação do patrimônio e às consequentes mudanças de instituição. Sua delinquência demonstra estar muito atrelada à instituição educativa. Quando perguntado sobre o que acha que os professores pensam dele, responde de maneira aparentemente resignada: “*decepção*”.

3. Carlos – “*a entrada tem um motivo, a morte do meu irmão*”: notamos que o jovem inicia sua narrativa dando nomes e explicações ao que aconteceu consigo, pois “*tudo tem um motivo*”, diz ele. E a razão maior para explicar seu envolvimento com o crime foi o assassinato de seu irmão. Esse evento é apresentado por Carlos como o pivô de sua vida mesma. Tudo se passou em consequência disso: sua mudança de bairro, de escola, de relações e sua própria iniciação no crime. “*Foi num 5 de maio, tudo começou com a influência da morte do meu irmão. Ao vir para cá, que a gente era de Vila F..., um pouco afastada, como isso me machucava muito! *Aí, com as más influências, comecei tomar, comecei criar maldade, comecei querer fazer gracinha, planejar**”. Utilizando-se de seu precioso cacoete de língua, “*querendo ou não*”, ele se desimplica. Não seria ele aquele que quereria cometer atos infracionais, mas seria a própria sociedade, o julgando e o influenciando a cometê-lo. De alguma forma, a fixação na morte do irmão requer outras fixações para continuar justificando e alimentando suas ações: “*Aí, eu fui cometendo atos infracionais, tudo começou com briga e discórdia, aí, tava indo mal porque no meio da sociedade, que às vezes você tem um ato infracional ou crime, não precisa te julgar que você é criminoso ou aquilo, isso acaba influenciando nos atos que você comete*”.

Carlos não fala em primeira pessoa. Seu discurso é o de um *outro* fantasístico que sofre, que brinca e que se justifica. Suspeitamos que sua entrada no crime foi sua saída de cena, sua desimplicação de si consigo mesmo. Entregue ao álcool e às drogas, Carlos parece ter-se apagado naquele dia 5 de maio. Depois disso, veio o jovem com uma trajetória de vida comum: “*Mas na trajetória de vida é totalmente diferente, uma pessoa comum gosta de brincar, gosta de zoar, não é somente isso que muitos acham que um jovem que comete atos infracionais, que só comete crime. Ele também zoa, brinca, o que ele faz aí não atinge as pessoas que estão ao redor dele. Igual, cada um tem sua história, para começar. O que foi a marca na infância, ou alguma coisa que aconteceu [...]. Porque, querendo ou não, nós somos todos jovens comuns em meio da sociedade*”, diz Carlos.

Esse cacoete – “*querendo ou não*” – surgiria como a marca significativa do esquecimento, da desapareção e da opacidade do próprio Carlos? Não sabemos. O certo, para ele, é que “*só alguns que precisam de ajuda, uns que não querem sair. Eu vi, fiquei nisso daí [Medidas Socioeducativas], fiquei preso umas 30 vezes, perai, que eu sei, porque se você tiver puxado os atos, você vê o tamanho da capivara*”. Porém, não foram 30 passagens pelas Medidas. O claro exagero pode estar mais relacionado ao peso das passagens, ao ponto de basta ou, da mesma forma, ao tipo de crime que o forçou a permanecer no atendimento socioeducativo, tendo que elaborar constantemente os tráficos de droga e um furto que cometeu. Presumimos que Carlos se vê impelido a elaborar não o seu crime, mas aquele que tirou a vida do seu irmão, lugar onde ele provavelmente se encontra fixado: “*isso aí foi uma fase, muitas vezes é por emoção, para*

mostrar para os outros, para mostrar que é aquilo [...], querendo ou não eu vi a morte do meu irmão, querendo ou não abala". Curiosamente, abalar significa também sacudir, movimentar, expulsar do espaço, fazer tremer, tirar a segurança. Isso parece garantir o envelopamento psíquico (malsucedido) de Carlos no que se refere ao evento de assassinato que fundamenta a sua vida. Como um gatilho ou um *turning point*, que foi disparado com seus 8 anos de idade, ele levará mais 10 anos para elaborá-lo, mesmo que precariamente, no contexto de vários cumprimentos de medidas no sistema de atendimento socioeducativo da cidade. Porque *"querendo ou não [...] ninguém vai para o buraco sem querer"*.

4. Vinicius – a morte do primo e o desejo da moto: *"Não sei, sério mesmo... Não sei o que falar não... [tosse] A vida do crime foi bobagem à toa, um trem assim, lero-lero, usuário. Por isso, nós entrou foi no CIA, umas duas, três vezes, eu acho. Uns trens assim lero-lero, 155... Tipo isso aí quando era mais novo. Agora já tenho tipo uns 21 anos. Isso aí é quando era mais novo, uns 15, 13 anos, gostava de andar de moto e ver os outros andando. Agora já tá de boas já. Trabalhei já, comprei minha moto. Agora nem estou mais não, estou de boas. Minha moto está ali parada ali fora, aquela verde que está ali"*.

O crime na vida do Vinicius está profundamente ligado à moto. Aquela que ele deseja e pela qual morreu seu primo. Essa morte funcionará como gatilho para sua entrada no crime: *"Agora é eu, faço só entrega mesmo de lanche. Ainda não tenho carteira, não. Tô querendo tirar. Trenzinho à toa, sô. Trem de crime é foda, ilusão! Tinha um amigo. Ele foi lá, tinha uma moto, ele foi lá e perdeu a moto, ele estava cabritando. Aí, os homens foram lá e levaram a moto dele. Aí, eu achei que ele ia comprar outra moto. Ele foi lá e caçou roubada. No primeiro dia, morreu. Amigo mesmo. Primo, eu chamo ele de primo. Meu amigo não, amigo é... É isso. Gosto nem de falar não"* (fala com nó na garganta e se cala).

A entrada no crime não é apresentada por Vinicius como resultado de um curto-circuito pulsional, ou mesmo do ato desbussolado como se espera de um adolescente, mas dito como uma mera contingência – que desconfiamos não ser tão contingente assim. Ele revela ter sido algo pouco decidido e pouco desejado, percebendo-se simplesmente no ato mesmo do crime. Essa percepção, porém, surge apenas em razão da morte do primo, envolvido em um roubo de moto. O crime, já existia *a priori*, como *"lero-lero"* desdobrado do crime e da morte do primo. Seria uma tentativa de elaborá-los? Hoje, ele tem a sua própria moto, trabalha e conseguiu comprá-la, fez valer o desejo do primo que, suspeitamos, lhe serviu como *outro* referente. Afinal, o desejo é sempre desejo de desejo (Lacan, 1964/1988), e o dele pareceu-nos ser o desejo de moto do primo, tomado como seu. Mas um resto de si não trai uma marca inicial de ambos: o crime. O primo morreu por isso e ele, mesmo com a moto, segue ilegal sem a carteira de habilitação: *"trenzinho à toa, sô"*.

5. José – *"meu pai que não olha para mim"*: *"O que mais me deixou assim, mas traumatizado não, [me deixou] sentido, foi ter crescido sem meu pai. A questão não é ter crescido sem ele. Foda-se! Mas sendo rejeitado por ele. Minha mãe, ela era muito nova e teve problemas no relacionamento deles. Aí, isso acabou me afetando. Ela não olhou mais para meu lado, olhou mais para o lado deles dois. Aí, isso acabou me afetando um pouco"*, revela José.

O jovem parece narrar, de saída, um duplo *lugar entre dois* que experimenta em sua biografia: o lugar da adolescência, entre a infância e a adultez, próprio desse momento da vida em nossas sociedades ocidentais, e o lugar que (não) ocupa entre o pai e a mãe, relativo à ausência do olhar de ambos sobre si mesmo. Mas é o *"não olhar"* do pai que o comove de fato, pois o da mãe parece dar-se em consequência do não olhar do pai, de apenas preocupar-se com o marido. Em outros termos: ambos, mãe e filho, demonstram ser refêns de um mesmo ponto gravitacional: o pai. Presumimos o quanto deve ser difícil, e soa até retórico, o momento de José dizer *"foda-se!"* a esse túnel subjetivo, buraco mal recoberto pelo não olhar do *outro*. Constatar tal buraco pode ter servido como gatilho para a vida infracional do jovem, iniciada

com a “*direção perigosa*”, mantendo hoje o “*consumo de drogas*”. Quando perguntado sobre o principal sentimento que o crime produz em si, a resposta não haveria de ser outra: “*conflito*”. O termo parece dar nome à sua trajetória, pois demonstra ser o que demarca sua relação com o pai e com a delinquência. Notamos que, no contexto infracional, a polícia o agride, mas é a agressão do pai que o marca: “*Teve um problema na escola, a menina que eu namorava passou em casa do meu pai e falou um tanto de coisa lá [...]. Realmente eu tinha arma, mas ela aumentou muito as coisas [...]. Meu pai sem saber de nada, das coisas que ela tinha aumentado, aí, meu pai chegou sem saber nada tentando me agredir, agredir a minha mãe, aí, isso deu polícia [...]. Ultimamente está assim, ele lá e eu aqui, a gente nem se fala mais*”, diz José.

Em razão da “*direção perigosa*”, pela qual foi pego, cumpriu Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade aos 16 anos como infração isolada em sua história de vida. Hoje revela consumir drogas: “*Tive passagem no lugar esse que você falou por causa de moto, esses trem. Desde criança sempre gostei de moto, de adrenalina [...]. Aí, com 16 anos tive passagem no CIA por causa de direção perigosa, paguei com serviço comunitário aqui no Posto de Saúde. Mas, depois disso, não tive mais problemas com a justiça*”. Indagamo-nos o quanto a infração de José seria uma tentativa de envelopamento psíquico da falta do olhar paterno, pois ele produz um “crime” (*direção perigosa*) relacionado precisamente à profissão do pai: motorista de ônibus. O próprio José revela desejo de tornar-se mecânico – profissão no mínimo emblemática para se garantir o olhar do motorista.

Resta que essa esquizo só está lá ainda representando a esquizo mais profunda, a ser situada entre o que se refere o sujeito na maquinaria do sonho, a imagem da criança que se aproxima com o olhar cheio de reproches e, por outro lado, o que o cause e no que ele fracassa, invocação, voz da criança, solicitação do olhar – *Pai não vê...* [que estou queimando] (Lacan, 1964/1988, p. 72).

O que podemos depreender da não casualidade da entrada

Os casos dos jovens abordados aqui, como base em suas singularidades discursivas ou modo único de se subjetivarem, permitem-nos destacar algumas regularidades no que concerne à entrada de cada um no crime ou em outros atos infracionais. Pensar o detalhe do caso, numa perspectiva micropolítica, não nos exime de também criar reflexões macropolíticas sem necessariamente render-nos à miopia das generalizações. Luís, Aron, Carlos, Vinicius e José, cada um a seu modo, comunicam-nos significantes comuns e não casuais sobre suas vidas e experiências de iniciação, que podem melhor orientar nossos atos, intervenções e, quiçá, nossas políticas para a juventude.

A primeira regularidade a ressaltar-se na narrativa desses jovens é a *experiência precoce da morte* de um ente querido em circunstâncias problemáticas ou a *experiência de agressão* por parte de alguém próximo, de quem idealmente não se espera. De caráter traumático, ou seja, sem que tenham recursos simbólicos suficientes para recobrir ou explicar tais eventos, a experiência demonstra fixar esses sujeitos aos desígnios funestos do real, sem que possuam condição de criar suplência significativa, ideais societários ou *ponto de basta* concernente ao impulso destrutivo que permeia suas vidas. Ainda assim, os jovens parecem assumir a morte do outro ou a agressão por parte de um familiar, por exemplo, buscando interpretá-las com os significantes que estão precariamente à mão. O crime haveria de ser um desses significantes que não deixaria de escandir o real de seu desígnio pulsional, como também o significante da própria medida socioeducativa, como tentativa de recobrimento ou reparação de tal desígnio.

Outra regularidade possível de se inferir, e que está intrinsecamente ligada ao real da morte e da agressão, diz respeito à *vivência de abandono*. De um modo ou de outro, todos

parecem ter sido deixados desde cedo à sua própria sorte. O *lugar entre dois*, a que foram relegados na condição de adolescentes, demonstra ser exponencialmente potencializado pela sensação de abandono social que vivenciam. Isso pode invariavelmente contribuir para que seus “túneis” subjetivos, escavados a partir de ambos os lados – como elucubra Freud (1905/1980a) –, sejam buracos muito mal recobertos e igualmente malsucedidos no que se relaciona à passagem de um lado a outro: de uma infância frequentemente abandonada a uma adultez quase sempre rechaçada. Uma espécie de desbussolamento simbólico parece vir em decorrência disso, levando-os em regra à experiência de desborde, de transgressão e de confronto com a sociedade.

Também ressaltamos o quanto a experiência de entrada nos atos delitivos pode ter *influência dos pares*, sejam eles colegas, amigos, gangues, irmãos, primos etc. Nossa pequena amostra não nos permite tomar tal inferência como regularidade, já que apenas Luís foi explícito quanto a isso. Mas percebemos que a maioria relata alguma forma de influência de seus próximos, ora de maneira mais sutil, ora de maneira mais aparente. O fato é que o ato infracional surge como passagem e vivência comuns relacionadas às circunstâncias desses jovens de periferia, com precoces e destrutivas experiências, e congregando-se em pares para, quem sabe, suportá-las de modo mais brando. Nos lugares onde vivem, o crime compõe o cotidiano e nenhum deles, num primeiro momento, nomeia assim o seu ato de delinquir. Alguns terão de passar pelas medidas socioeducativas para reconhecê-lo. Em geral, esses adolescentes começam com atos menos expressivos e, paulatinamente, vão-se enganchando no mundo da contravenção. Às vezes, foi necessário um evento inesperado para que tomassem consciência de si e de onde estavam metidos – como a morte de alguém, por exemplo –, e então gerar alguma reflexão sobre suas permanências ou não nesse mundo.

Por fim, a regularidade discursiva mais substancial, quando se considera a orientação psicanalítica como forma de análise dos casos em pauta, foi a presença ou a ausência do *outro* e a própria *experiência de alteridade* pelas quais passam esses jovens. A maioria deles conheceu, não ao acaso, os excessos desse outro em registros muito diversos: maus-tratos, abusos, agressões, mortes, abandonos. Os problemas relacionais, afetivos, sexuais e adaptativos tornam-se, na verdade, problemas de regulação simbólica ou societária que, como tal, não parece contar com um outro como referente para balizá-la. A ausência dessa regulação (e desse outro que a sustente) não cria na vida desses jovens diques societários efetivos contra o curto-circuito pulsional e o desbussolamento libidinal a que estão sujeitos.

Em *Privação e delinquência*, Winnicott (1984/2005) dirá que há uma relação inerente entre a tendência antissocial e a própria privação do jovem. É como se ele reconhecesse que o outro lhe deve algo, que o ambiente em que está esse outro o privou de algo muito fundamental para que ele se constitua como sujeito. E de qual privação se diz? Em nossos termos: de um desejo não anônimo desse outro em relação ao jovem. Uma vez privado disso, se derivaria uma agressividade arcaica, real, que, não sendo externalizada, pode destruir o próprio jovem e seus laços sociais. Justamente, porém, por dirigi-la para fora do Eu sob a forma de crime, o ato de quem o pratica pode “atuar” nele, inclusive penalizando-o, sem que haja aparentemente um mal-estar em razão disso.

Dito de outro modo: tanto externalizado quanto internalizado, o crime não deixa de chancelar ao jovem um destino inevitavelmente funesto.

A razão de tal chancela pode estar, entre outros motivos, na necessidade desse mesmo jovem de significar a falta do outro – em geral, um adulto referente de quem se vê privado de seu desejo. Logo, suspeitamos que, para alguns jovens, o ato infracional pode significar uma forma de eles se apresentarem ao *outro*, convocado como tal para tomar partido no aparelho



jurídico do Estado. A própria instituição socioeducativa pode servir-lhes de veículo para tal apresentação, para se colocarem em cena e para ressignificarem a falta do outro. Mas, sabemos: dificilmente nossas instituições jurídicas, policiais, assistenciais e mesmo socioeducativas – precárias e politicamente desinvestidas como são – estarão aptas a cumprir essa demanda de se ofertarem como genuína alteridade portadora tanto de diques simbólicos quanto do desejo implicado por esses jovens, sem que os destinem à barbárie de seus cotidianos delitivos.

Assim, entende-se bem porque eles, hipoteticamente, ficam muito vulneráveis à captura dos perversos sociais, como discorreremos inicialmente. Nossa pequena amostra dos cinco jovens não confirmou tal hipótese, pois eles não mostram ter sido capturados por tais perversos. Ainda assim sabemos bem como aqueles que “fazem” a lei *per si* estão sempre à espreita, esperando seus jovens para ofertar-lhes algum modo de gozo e sujeitá-los!

A exposição ao crime, à possibilidade de machucar-se ou morrer, de ferir o outro ou exterminá-lo, de tomar para si algo dele, de comprometer seu futuro pessoal ou de pôr-se em perigo não deixam de alterar substancialmente as probabilidades de laço social desses jovens. Utilizando-se do ato infracional como sintoma, justamente em defesa de fazer-se parte do laço com o outro, o desfecho resulta no contrário do que se mirou: a desinserção social. Cada jovem, sob essa circunstância, se vê estigmatizado e segregado precisamente por tentar integrar-se, por tentar pertencer e fazer os dois furos de seu túnel se encontrarem. Mas não. A segregação gera mais segregação. E como já tivemos a oportunidade de refletir (Pereira, 2019b), muitos não hesitam em adotar a delinquência como modo sintomático que testemunha sua falta a ser, seu sofrimento, seu escárnio, sua necessidade interior de afrontar o mundo para, quem sabe, sedar a angústia de viver e o vazio simbólico de sua existência. Ora, como todo sintoma, teríamos aqui, mais uma vez, um pedido de ajuda a ser escutado.

Sabemos que nós, os operadores sociais, não podemos ajudar muito os adolescentes nessa travessia, a não ser sobrevivendo incólumes, sem alterar-nos, sem abandoná-los e também sem abandonar qualquer princípio que implique nosso desejo e a própria política. Pensamos então ser fundamental manter a responsabilidade de acompanhá-los, sem jamais deixá-los à deriva ou abdicar deles, para que consigam civilizar um pouco o impulso de morte de cada um na difícil conquista de seu lugar social.

Referências

- Freud, S. (1980a). Fragmento da análise de um caso de histeria – Dora. In *Edição standard brasileira das obras completas*. (J. Salomão, trad., Vol. 7, pp. 1-122). Imago (Obra original publicada em 1905)
- Freud, S. (1980b). Três Ensaio sobre a teoria da sexualidade. In *Edição standard brasileira das obras completas*. (J. Salomão, trad., Vol. 7, pp. 123-134). Imago (Obra original publicada em 1905)
- Guerra, A., Moreira, J., Oliveira, L., & Lima, R. (2017). The narrative memoir as a psychoanalytical strategy for the research of social phenomena. *Psychology*, 8, 1238-1253.
- Lacadée, P. (2011). *O despertar e o exílio – ensinamentos psicanalíticos da mais delicada das transições: a adolescência*. Contracapa.
- Lacan, J. (1988). *O seminário, Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. (M.D. Magno, trad.). 3. Jorge Zahar. (Obra original publicada em 1964)
- Melman, C. (2000). O que é um adolescente? In: *O Adolescente e a modernidade – Congresso Internacional de Psicanálise e suas conexões*. Tomo II. Companhia de Freud.
- Pereira, M. R. (2019a). O adolescente que a psicanálise escuta no atendimento socioeducativo e em condições de adversidade social. In R. Gurski, & M.R. Pereira. *Quando a psicanálise escuta a socioeducação*. Fino Traço, p. 45-72.

- Pereira, M. R. (2019b). Uma clínica para acolher a “Juventude desamparada” de hoje. *Estilos da Clínica*, 24(3), 408-418. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v24i3p408-418>
- Pereira, M. R. (2021). *¿Qué quiere un adolescente?* Estudio sobre sujetos con problemáticas sociales. Editorial UOC.
- Rodríguez, C. (2018). Aportes para pensar por caso: una cuestión de detalles. In: G. Frigerio, D. Korinfeld, & C. Rodríguez. (orgs.). *Trabajar en instituciones: los oficios del lazo*. Novoduc (Colección Ensayos y Experiencias, Tomo 109), pp. 117-139.
- Sena, I. J., Pereira, M. R., & Scrinzi, M. (2023). Rodas de conversa com adolescentes: Estratégias para lidar com conflitos na escola. *Educação (UFSM)*, 1-24. <https://doi.org/10.5902/1984644466258>
- Winnicott, D. (2005). *Privação e delinquência* (4a ed., A. Cabral Trad.). Martins Fontes (Obra original publicada em 1984)

Notas:

1. Curso de vida e trajetória delinquencial: um estudo exploratório dos eventos e narrativas de jovens em situação de vulnerabilidade (2019) – IEAT-UFMG.
2. Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Aro Infracional, CIA-BH.

Citação/Citation: Pereira, M. R.; Mogollon, R. E. L.; Sena, I. J. (2025). *A iniciação criminal de adolescente não se dá ao acaso: psicanálise, educação e política*. *Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano XVII, no.esp.), pp. 138-149.

Recebido em: 11/09/2025

Aprovado em: 02/10/2025